

**Dinâmica dos Setores Industriais na Integração da Amazônia: Análise Comparativa da Matriz Institucional de Porto Velho/RO e Manaus/AM**

**CREUZA GOMES BATISTA**  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR)  
adm\_creuz@hotmai.com

## **Dinâmica dos Setores Industriais na Integração da Amazônia: Análise Comparativa Da Matriz Institucional De Porto Velho/RO e Manaus/AM**

### **RESUMO**

Este estudo versa sobre a dinâmica dos setores industriais na integração da Amazônia. O objetivo geral é realizar análise comparativa da Matriz Institucional de Porto Velho/RO e Manaus/AM, a fim de buscar na Matriz Institucional explicativos para a diferença quanto ao potencial econômico e averiguar quais as relações entre os parâmetros da Matriz Institucional e a realidade local. A pesquisa está fundamentada na Teoria Institucionalista que tem base no campo organizacional onde ocorre o espaço de trocas, não apenas as práticas e materiais, como as culturais e simbólicas. A pesquisa busca responder a seguinte pergunta: Diante do novo modal na Amazônia Ocidental, via BR 319, como está consolidada a matriz institucional de Porto Velho e Manaus? Para isso, aplicou-se o Método de hipotético dedutivo, de abordagem quali-quantitativa. Como resultado constatou-se que os municípios possuem matrizes institucionais estruturada, porém, Manaus apresenta-se mais avançada ao instituir-las antes que Porto Velho. Conclui-se que a integração da Amazônia via BR 319 trará benefícios aos municípios, ao passo que as regras formais já estão desenhadas e as informais poderão ser estimuladas pelas observações das práticas dos envolvidos. Esta pesquisa interessa a administradores compromissados com competitividade com intuito de propiciar desenvolvimento e fortalecimento das indústrias rondoniense.

Palavras - chave: Integração; Amazônia; Matriz Institucional.

## **Dynamics of Industrial Sectors in the Amazônia Integration: Comparative Analysis Of Institutional Mother's Porto Velho / RO and Manaus / AM**

### **ABSTRACT**

This study deals with the dynamics of industrial sectors in the integration of the Amazônia. The general objective is to carry out comparative analysis of the Institutional Matrix Porto Velho / RO and Manaus / AM, in order to seek the Institutional Mother explaining to the difference in economic potential and find out what the relationship between the parameters of the Institutional Mother and the local reality. The research is based on Institutionalism theory that is based on the organizational field where space exchanges occurs, not only the practices and materials, such as cultural and symbolic. The research seeks to answer the following question: Given the new modal in the Western Amazon, via BR 319, as is consolidated the institutional matrix of Porto Velho and Manaus? For this, it applied the hypothetical deductive method of qualitative and quantitative approach. As a result it was found that municipalities have structured institutional matrices, however, Manaus appears more advanced in introducing them before Porto Velho. We conclude that the integration of the Amazon via BR 319 will benefit the municipalities, while the formal rules are now you draw and informal may be encouraged by the observations of the practices involved. This research concerns the managers committed to competitiveness with the aim of promoting development and strengthening of Rondônia industries.

Key-words: Integration; Amazônia; Institutional matrix.

## 1 INTRODUÇÃO

O espaço geográfico internacional da Amazônia é integrado por nove países que exercem domínios territoriais, políticos, administrativos e o controle de suas respectivas fronteiras. Neste aspecto, a região amazônica abrange ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, ao Sul e Sudeste da Venezuela, ao Sudoeste da Colômbia, a toda parte Oriental do Equador e do Peru, e ao Nordeste da Bolívia. E ainda, existe a Amazônia Européia, em sua porção territorial sob a esfera política da Guiana, da Guiana Francesa e do Suriname, países que pertencem à zona de influencia da Inglaterra, da França e da Holanda, respectivamente. No entanto, a maior parcela do espaço amazônico pertence ao Brasil, constituído como espaço físico da Megarregião Norte que é conhecido como Amazônia brasileira (MATIAS, 2010).

A Amazônia brasileira é composta por sete Estados divididos geopoliticamente em duas mesorregiões: a Amazônia Oriental que reúne os Estados localizados no delta amazônico, ou seja, próximo ao litoral: Amapá, Pará e Tocantins. E Amazônia Ocidental que abrange os estados que se situam no vale amazônico: Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre.

A formação histórica e econômica dos Estados localizados na Amazônia Ocidental deu-se por diversos programas aleatórios, cuja maioria tem base na exploração extrativista e suas conseqüências foram o subdesenvolvimento. Tomando por exemplo a evolução histórica do Estado de Rondônia é possível identificar dois processos de mudanças institucionais, que culminou na divisão geopolítica do Estado em mesorregião Madeira-Guaporé e Leste Rondoniense. A primeira mudança deu-se pela construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré – EFMM tendo como base a exploração extrativista. E a segunda, a construção da BR-364 cuja base era a agropecuária, essa mudança institucional assumiu um grau de importância relevante para Rondônia, pois integrou o Centro-Sul do Brasil com a Megarregião Norte e ainda possibilitou a criação de vários municípios.

Neste contexto, essas mudanças foram muito importantes para o desenho institucional de Rondônia, pois através das mesmas foram definidos os costumes, tradições, população e a economia do Estado. O que vai ao encontro com Teoria Institucionalista de Douglas North, que compreende que as instituições reduzem as incertezas e estruturam os incentivos que formam o caminho do desenvolvimento das economias, tornando-as favoráveis, e as colocando como impulsionadoras ou limitadoras do crescimento econômico (CAVALCANTE, 2011).

North apresenta que o crescimento econômico é resultado da formação e evolução das instituições em consequência do *Path Dependent*, ou seja, dependência de trajetória, que consiste em um instrumento analítico para entender a importância do desenvolvimento ao longo do tempo. Neste contexto, a estrutura atual e o funcionamento das instituições só poderão ser entendidos se a análise estiver integrada a uma perspectiva histórica (NORTH, 1998).

Neste prisma entende-se que as instituições não são fixas e que ao longo do tempo elas vão se transformando, modificando e evoluindo. Seja por novas crenças da população, ou novos valores, ou novas leis. Neste contexto surge à expectativa de novo desenho para a Amazônia Ocidental, em específico para os municípios de Porto Velho, Rondônia e Manaus, Amazonas, advindo da recente estratégia institucional do Governo Federal em recuperar a BR-319, pois empiricamente aponta-se que esta via apresenta um grau elevado de importância no processo de integração e desenvolvimento da Amazônia.

Diante ao exposto apresenta-se a questão mobilizadora desta pesquisa, a saber: Diante do novo modal na Amazônia Ocidental, via BR 319, como está consolidada a matriz institucional de Porto Velho e Manaus? Objetivando responder tal questionamento, este artigo visa realizar uma análise comparativa da Matriz Institucional de Porto Velho/RO e Manaus/AM, a fim de buscar na Matriz Institucional explicativos para a diferença quanto ao potencial econômico e averiguar quais as relações entre os parâmetros da Matriz Institucional e a realidade local.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO - EMPÍRICO**

A Teoria Institucional estuda a relação entre as estruturas sociais e os comportamentos individuais e coletivos. A partir da década de 50, os teóricos organizacionais passaram a considerar as organizações como sistemas abertos, ou seja, as trocas materiais e subjetivas são feitas também com o ambiente e não somente dentro da organização.

Para Berger e Luckmann tratados em Kelm et al (2014), a institucionalização ocorre sempre que houver uma tipificação recíproca de papéis e ações rotineiras por tipos de atores. Institucionalizar regras, por exemplo, é torná-las habituais e rotineiras. Neste aspecto, institucionalização é um processo onde se transmite aquilo que é socialmente definido como real, ou seja, é um processo de fabricação de verdades de pontos de referência não mais tematizáveis.

A Teoria Institucional deriva de instituição e do termo institucionalizar, que na prática, significa transformar crenças em regras de conduta ou transformar o amador em profissional. É, basicamente, oficializar normas e comportamentos. As organizações podem ceder as culturas locais ao mesmo tempo, profissionalizar as práticas e os indivíduos, ou seja, levar em consideração as trocas informais do campo organizacional, mas nunca esquecendo os objetivos formais da organização. Porém, torna-se importante ressaltar que o processo de institucionalização não ocorre rapidamente é necessário passar por alguns momentos, pois a institucionalização gera efeitos práticos importantes e um valor institucionalizado inspira ações concretas por parte dos atores sociais.

Segundo Rezende (2013), na Teoria Institucional as instituições funcionam como conjunto de regras e estímulo ao comportamento onde os indivíduos buscam elevar ao máximo as suas utilidades a partir da construção de procedimentos para simplificar o processo de interação.

Aléssio e Rover (2014) consideram que no ponto de vista da Teoria Institucional a cultura, a história e as instituições são elementos essenciais na análise do processo de desenvolvimento, sendo suporte teórico e analítico para a compreensão das dinâmicas organizativas de um determinado território.

Neste contexto insere-se a visão de Douglas North (1998), que observa as instituições focalizando na influência sobre o desempenho econômico. North faz uma análise que vai além da visão de mercados, partindo para os direitos de propriedade, que dão estímulo a investimentos produtivos, minimizam a incerteza de futuro, asseguram os rendimentos dos inovadores e, assim, aumenta-se o capital físico e humano, o avanço do conhecimento, a produtividade e finalmente o desenvolvimento econômico.

Para North (1998), as instituições se formam por diferentes níveis de potência para que haja uma cooperação entre os agentes envolvidos. Ou seja, a estrutura de incentivos da sociedade é formada por intermédio das instituições, sejam elas políticas ou econômicas. A luz da Teoria de North, o desempenho se torna um resultado do investimento das instituições e dos estímulos à inovação e a eficiência. Contudo, para o autor, não existem garantias que mudanças ocorram na estrutura institucional, e ainda, não há como assegurar sua eficiência.

Neste prisma aponta-se que algumas economias podem criar instituições que estimulam o crescimento, sendo que outras criam instituições que provocam o estancamento. Assim, o processo histórico de uma sociedade somente pode ser compreendido por intermédio da análise de sua dinâmica institucional

Diante ao exposto, para North a resolução da problemática econômica não está assentada no avanço tecnológico ou no acúmulo de riquezas, mas no arranjo institucional que instiga ou retarda o desenvolvimento regional. O que é considerada na literatura econômica como decorrências de uma matriz institucional específica. Ou seja, o principal conceito da Teoria de North consiste em que o desempenho econômico de uma sociedade é resultado de sua matriz institucional.

## **2.1 Matriz Institucional**

Para North (1998) matriz institucional é um conjunto de regras formais e informais que as instituições estabelecem para alcançar seus objetivos. Neste aspecto a matriz instiga os ganhos produtivos e assim as instituições serão promotoras do desenvolvimento. North ainda aponta que o ambiente humano é permeado de incertezas que geram insegurança em relação ao futuro. Então, na busca por minimizar essas incertezas, os seres humanos constroem instituições, compostas de restrições informais, em grande parte determinadas pela cultura da sociedade, e normas formais, que dizem respeito, entre outras, à definição dos direitos de propriedade que amenizam a incerteza dos investimentos produtivos.

Neste aspecto aponta-se que o desempenho econômico de uma sociedade é resultado de sua Matriz institucional e o crescimento de longo prazo é resultado da formação e evolução das instituições. Dessa forma, as instituições adaptáveis às mudanças são mais eficientes e a evolução institucional é mais importante do que a evolução tecnológica.

Na visão de North o conceito de eficiência relacionada à matriz institucional é muito mais amplo. E para compreendê-la seu estudo foi fundamentado sobre dois aspectos, o de eficiência produtiva e a de eficiência adaptativa. Para a primeira North aponta que os custos de transformação e transação são componentes fundamentais, e a segunda apresenta como a capacidade de uma sociedade de adaptar-se à realidade sempre em transformação.

Para North tratado em Aguilar Filho (2009) a partir das noções de eficiência produtiva e adaptativa é possível destacar condições para a atuação das organizações eficientes. E assim delinear a matriz institucional que estimule a competitividade e a tomada descentralizada de decisões, recompense a aquisição de habilidades e os conhecimentos produtivos, além de especificar, mediante contratos bem definidos, os direitos de propriedade.

Ressaltando que a Matriz Institucional só será eficiente se estimular atividades com retornos sociais superiores aos custos sociais; estimular acumulação de capital físico e

humano, ou seja, gerar crescimento econômico; e, se minimizar custos de transação e tiver bons enforcements.

Com isso, analisar uma matriz institucional é essencial para se compreender a dinâmica econômica de uma região e seu processo *path dependence*, ou seja, o arranjo institucional e seu reflexo econômico sobre a realidade local como fruto de uma construção histórica.

Para Gala (2003) ao abrigar as instituições (formais e informais) de uma sociedade num momento específico do tempo, a matriz institucional será responsável por definir o vetor de estímulos para os diversos agentes sociais, especialmente os envolvidos em atividades econômicas.

Segundo Cavalcante (2011), pouco adiantaria uma matriz institucional “correta”, se os mecanismos de coerção são omissos, morosos ou corruptos. Dessa forma, destaca-se a necessidade de fundamentação de instrumentos eficientes de coerção (*enforcements*), por organizações destinadas para tais competências.

Dessa forma, a luz do pensamento de Douglas North, para se compreender o desempenho de uma sociedade no decorrer da história basta analisar a dinâmica de suas matrizes institucionais (NORTH, 1990).

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Os processos metodológicos adotados para a elaboração da presente pesquisa adotará o processo formal e sistemático do método científico. A observação da complexidade das relações com suas particularidades vêm inspirando os pesquisadores a adotarem novos aspectos de análise.

A abordagem metodológica que se propõe nesse estudo é de natureza quali-quantitativa seguindo o pensamento de Creswell (2010), é mais do que uma simples coleta e análise dos dois tipos de dados, envolve também o uso das duas abordagens em conjunto, de modo que a força geral de um estudo seja maior do que a da pesquisa qualitativa ou quantitativa isolada. Neste contexto para a abordagem do supracitado método, utilizou-se como estratégia a triangulação, onde é realizada ao mesmo tempo a coleta de dados quantitativos e qualitativos para apresentar como resultado o comparativo das duas vertentes

Nesta pesquisa foi empregado o Método de Pesquisa Hipotético-Dedutivo idealizado por Popper. De acordo Popper (2008) qualquer discussão científica parte de um problema (P1), ao qual se oferecesse uma espécie de solução provisória, uma teoria-tentativa (TT),

passando-se depois a criticar a solução, com vista à eliminação do erro (EE) e, tal como no caso da dialética, esse processo se renovaria a si mesmo, dando surgimento a novos problemas (P2).

A base desta pesquisa é um estudo teórico com abordagem empírica, onde utilizou-se base de dados secundários. Ao referir-se aos procedimentos de coleta de dados, Creswell (2010) indica que a ideia é a seleção intencional de documentos ou dos materiais gráficos, que ajudarão o pesquisador a entender o problema e a questão de pesquisa.

Para a coleta de dados secundários utilizou-se as características apontadas por Siena (2007), quanto pesquisa documental, a saber: Na pesquisa documental adota-se organização de fontes (banco de dados, documentos oficiais, entre outros), que ainda não foram estudadas e/ou fontes que já estudadas, mas possuem condições para serem reanalisadas pelo pesquisador.

Como critério utilizado para a coleta de dados secundários para composição e análise da matriz institucional por dimensão Social optou-se por eleição de temas, subtemas e indicadores escolhidos para o estudo, conforme apresentação realizada no Quadro 1.

**Quadro 1:** Dimensões da Pesquisa Para Composição de Matriz Institucional

Dimensão	Temas	Indicadores	Justificativas
1. Econômica	1.1 Quadro Econômico;	1.1.1 Produto Interno bruto per capita;  1.1.2 Taxa de pessoas desocupadas.	1.1.1.1 O PIB per capita é um bom indicador da renda apropriada pela população local e, portanto, do seu nível de consumo;  1.1.2.1 A taxa de desocupação é um dos indicadores de análise sobre o mercado de trabalho e reflete a incapacidade do sistema econômico em prover ocupação produtiva a todos que a desejam.
	1.2 Padrões de Produção e Consumo.	1.2.1 Consumo de energia anual per capita;	1.2.1.1 O consumo de energia <i>per capita</i> é uma aproximação do consumo de energia útil por habitante que, em última instância, seria o indicador ideal, pois contemplaria as perdas decorrentes dos diferentes graus de eficiência dos equipamentos eletroeletrônicos e de outros equipamentos em geral (IBGE, 2008);



<b>2. Social</b>	2.1 Saúde	<p>2.1.1 Mortalidade em hospitais;</p> <p>2.1.2 Número de leitos por mil habitantes;</p> <p>2.1.3 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal;</p> <p>2.1.4 População com acesso a água tratada.</p>	<p>2.1.1.1 Contribui para uma avaliação da disponibilidade e acesso aos serviços e recursos relacionados à saúde e a disponibilidade de saneamento básico, entre outros;</p> <p>2.1.2.1 Este indicador é relevante por expressar uma proxy de oferta de infraestrutura básica de serviços de saúde e, conseqüentemente, o potencial de acesso aos mesmos por parte da população (IBGE, 2008);</p> <p>2.1.3.1 é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda;</p> <p>2.1.4.1 O acesso à água tratada é fundamental para a melhoria das condições de saúde e higiene e, quando associado a outras informações ambientais e socioeconômicas, constitui-se num indicador universal de desenvolvimento sustentável.</p>
	2.2 Educação	<p>2.2.1 Conclusão do último ano de educação fundamental e média;</p> <p>2.2.2 Índice de atendimento escolar;</p> <p>2.2.3 População residente alfabetizada;</p>	<p>2.2.1.1 Para se desenvolver de modo sustentável, uma nação precisa tornar acessível a educação básica até a conclusão do ensino fundamental e médio;</p> <p>2.2.2.1 Percentual médio da cobertura total de matrículas em relação ao número de pessoas;</p> <p>2.2.3. Para se desenvolver de modo sustentável, uma nação precisa tornar acessível a educação básica a todos, iniciada com a alfabetização.</p>
<b>3. Ambiental</b>	3.1 Terra	<p>3.1.1 Desmatamento;</p> <p>3.1.2 Áreas Protegidas.</p>	<p>3.1.1.1 O desmatamento é o processo de desaparecimento das florestas, principalmente causadas pela atividade humana.</p> <p>3.1.2.1 Isto significa, entre outras questões, conservar os recursos hídricos, os solos, as florestas (e as outras formas de vegetação nativa) e a biodiversidade. Para alcançar estas metas, a delimitação de áreas protegidas é fundamental (IBGE, 2008).</p>
	3.2 Água	<p>3.2.1 Cobertura de Rede de Abastecimento de Água Potável;</p> <p>3.2.2 Cobertura de Esgotamento Sanitário.</p>	<p>3.2.1.1 O contato com águas contaminadas pode disseminar doenças entre a população. Portanto, o acompanhamento deste indicador tem implicações sobre a saúde da população;</p> <p>3.2.2.1 A existência de esgotamento sanitário é fundamental na avaliação das condições de saúde da população, pois a disponibilidade do acesso ao saneamento básico é essencial para o controle e a redução de doenças. E ainda, a qualidade de vida da população residente em um território e contribui para o acompanhamento das políticas públicas (IBGE, 2008).</p>

<b>4. Institucional</b>	4.1 Governança;	4.1.1. Representatividade política; 4.1.2 Dívida Pública Ativa.	4.1.1.1 Representatividade do município no número de votos válidos; 4.1.2.1 Dívida total do governo (município);
	4.2 População e Urbanização	4.2.1 Taxa de crescimento populacional	4.2.1.1 É fundamental para subsidiar a formulação de políticas públicas de natureza social, econômica e ambiental, uma vez que a dinâmica do crescimento demográfico permite o dimensionamento de demandas, tais como: acesso aos serviços e equipamentos básicos de saúde e de saneamento, educação, infraestrutura social, emprego e entre outras (IBGE, 2008).

Fonte: Adaptado de URGAL (2011)

## **4. Análise Comparativa da Matriz Institucional de Porto Velho/RO e Manaus/AM**

### **4.1 Gestão e Estrutura dos Municípios**

Partindo do princípio que a matriz institucional determina a operacionalidade das organizações e, por conseqüência, faz inteligíveis as relações internas entre as regras do jogo e a conduta dos atores. Bem como, determina o conjunto de regras formais e informais que são fundamentadas para minimizar a incerteza nas interações humanas. Nesta etapa serão comparadas as especificidades da gestão e da estrutura dos municípios estudados nesta pesquisa, a partir dos seguintes indicadores: Planejamento Urbano, Recursos para a Gestão, Gestão Ambiental.

#### **4.1.1 Planejamento Urbano**



A análise comparativa das matrizes institucionais permitirá observar dados que contribuíram para a implementação de políticas setoriais eficientes, mediante a percepção da dinâmica apresentadas pelos municípios e dessa forma observar as regras do jogo institucionalizada. A Figura 1 apresenta a comparação da Matriz Institucional quanto ao Planejamento Urbano dos municípios.

Através do Plano Diretor e suas Legislações específicas os municípios estabelecem suas regras do jogo. Manaus, quanto ao planejamento urbano, apresenta-se mais estruturado, pois em 2002 cria o seu Plano Diretor, o qual no seu artigo 138º estabelece nove planos

setoriais que ditam regras claras quanto à infra-estrutura urbana que dão sustentabilidade para a execução do Plano Diretor. Porto Velho por sua vez, cria seis anos mais tarde (2008) seu Plano Diretor trazendo diretrizes de desenvolvimento municipal, onde no seu artigo 2º estabelece que este instrumento básico deve ser observado pelos agentes públicos e privados, com vistas a promover uma atuação integrada desses agentes em prol do desenvolvimento municipal. E no seu artigo 4º apresenta onze diretrizes que visam o desenvolvimento urbano e assim, delimitam a infra-estrutura básica da política municipal.

Contudo, observa-se que em ambos os municípios o fato de se estar instituído a regra do jogo, não é um determinante para impulsionar o desenvolvimento local, haja visto, que o poder público, não possui gestão contínua sobre o que foi estabelecido por força de lei. E dessa forma, o Plano Diretor de ambos os municípios podem se transformar em instrumentos inertes.

Figura 1 - Matriz Institucional - Planejamento Urbano - Porto Velho x Manaus



	
<b>Porto Velho</b>	<b>Manaus</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Órgão Gestor do Planejamento Urbano: Secretaria municipal em conjunto com outras políticas</li> <li>• Escolaridade do Gestor: Mestrado ou doutorado</li> <li>• Plano diretor Ano da lei de criação: 2008 Ano da última atualização: Não Houve</li> <li>• Legislação sobre área e/ou zona especial de interesse social</li> <li>• Lei de perímetro urbano</li> <li>• Legislação sobre parcelamento do solo</li> <li>• Legislação sobre zoneamento ou uso e ocupação do solo</li> <li>• Legislação sobre solo criado ou outorga onerosa do direito de construir</li> <li>• Legislação sobre contribuição de melhoria</li> <li>• Legislação sobre estudo de impacto de vizinhança</li> <li>• Código de obras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Órgão Gestor do Planejamento Urbano: Secretaria municipal exclusiva</li> <li>• Escolaridade do Gestor: Ensino superior completo</li> <li>• Plano diretor Ano da lei de criação: 2002 Ano da última atualização: 2014</li> <li>• Legislação sobre área e/ou zona especial de interesse social</li> <li>• Lei de perímetro urbano</li> <li>• Legislação sobre parcelamento do solo</li> <li>• Legislação sobre zoneamento ou uso e ocupação do solo</li> <li>• Legislação sobre solo criado ou outorga onerosa do direito de construir</li> <li>• Legislação sobre contribuição de melhoria</li> <li>• Legislação sobre operação urbana consorciada</li> <li>• Legislação sobre estudo de impacto de vizinhança</li> <li>• Código de obras</li> <li>• Legislação sobre unidade de conservação</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados IBGE

#### 4.1.2 Recursos para a Gestão

Quanto aos recursos destinados para gestão, Porto Velho possui maior numero de taxas instituídas o que pode ser apontado com um dos entraves para a consolidação de seu parque industrial, pois a carga tributária alta diminui o empreendedorismo, tornando mais difícil iniciar e manter negócios em Porto Velho e dessa forma, não se tem o estímulo ao acúmulo do capital físico. Presume-se assim, que a política institucional vigente admite que a distribuição de valores irrisórios aos desfavorecidos (bolsa família, bolsa escola, bolsa gás) é mais eficaz do que diminuir impostos e cargas tributárias. Neste prisma, se os impostos fossem mais baratos seria mais fácil para as indústrias contratarem mais pessoas, e dessa forma não teria a necessidade desse tipo de prática, que hoje apresenta-se com maior custo do que retorno social. Este cenário mostra que esta matriz institucional é ineficiente. A Figura 2 apresenta o comparativo da matriz institucional no que tange recursos para a gestão.

Figura 2 - Matriz Institucional - Recursos para a Gestão - Porto Velho x Manaus

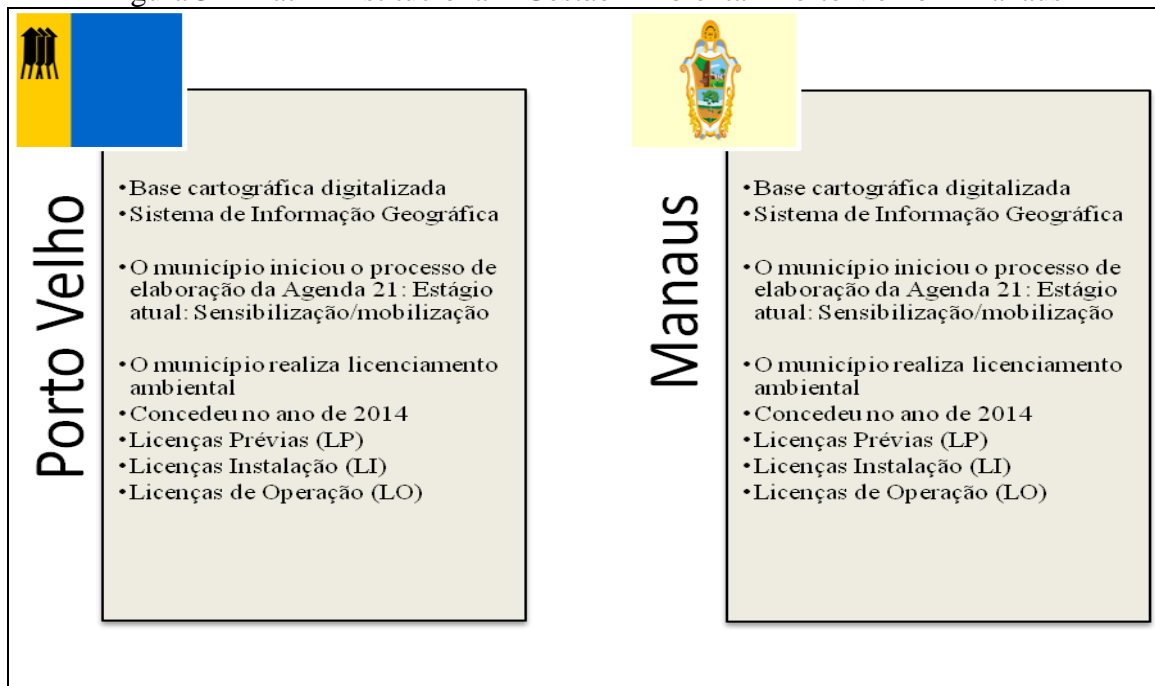
	
<p><b>Porto Velho</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Cadastro do IPTU e ISS</b> Cadastro imobiliário Cadastro imobiliário informatizado Último ano de atualização completa do cadastro: 2004 O município cobra IPTU Ano da lei - IPTU: 2004</li><li>• <b>Planta Genérica de Valores</b> Planta Genérica de Valores informatizada Último ano de atualização completa da planta: 2004</li><li>• <b>Cadastro de ISSQN</b> Cadastro de ISSQN informatizado Último ano de atualização completa do cadastro: 2014</li><li>• <b>Taxas instituídas</b> Cobrança de taxa Taxa de iluminação pública Taxa de coleta de lixo Taxa de limpeza urbana Taxa de poder de polícia</li><li>• <b>Implantação de Empreendimentos</b> <i>Mecanismos de incentivo à implantação de empreendimento:</i> Redução do IPTU <i>Tipo de empreendimento beneficiado:</i> Industrial, Comercial e serviços, Turismo, esporte e lazer. <i>Mecanismos de restrição à implantação de empreendimento:</i> Legislação <i>Tipo de empreendimento é aplicado o mecanismo de restrição:</i> Indústria, Indústria extrativa, Comercial e serviços, Turismo, esporte e lazer, Empreendimentos com impacto ambiental</li><li>• <b>Arranjo produtivo local e Território de cidadania</b> Existência dentro do território do município Arranjo Produtivo Local</li></ul>	<p><b>Manaus</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Cadastro do IPTU e ISS</b> Cadastro imobiliário Cadastro imobiliário informatizado Último ano de atualização completa do cadastro: 2010 O município cobra IPTU Ano da lei - IPTU: 2011</li><li>• <b>Planta Genérica de Valores</b> Planta Genérica de Valores informatizada Último ano de atualização completa da planta: 2011</li><li>• <b>Cadastro de ISSQN</b> Cadastro de ISSQN informatizado Último ano de atualização completa do cadastro: 1998</li><li>• <b>Taxas instituídas</b> Cobrança de taxa Taxa de poder de polícia</li><li>• <b>Implantação de Empreendimentos</b> <i>Mecanismos de incentivo à implantação de empreendimento:</i> Isenção do ISSQN <i>Tipo de empreendimento beneficiado:</i> Comercial e serviços. <i>Mecanismos de restrição à implantação de empreendimento:</i> Legislação <i>Tipo de empreendimento é aplicado o mecanismo de restrição:</i> Indústria</li><li>• <b>Arranjo produtivo local e Território de cidadania</b> Existência dentro do território do município Arranjo Produtivo Local</li></ul>

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados IBGE

### 4.1.3 Gestão Ambiental

Quanto à gestão ambiental, os municípios apresentam regras institucionais semelhantes, esta característica assenta-se no fato de que ambos estão inseridos no Amazônia Ocidental o que desperta preocupação em manter o bioma amazônico com a visão da sustentabilidade, onde o uso dos recursos naturais é permitido desde que não comprometam o futuro das gerações vindouras. Sob esta perspectiva cabe ressaltar que a sustentabilidade pode está diretamente ligada ao desenvolvimento econômico, onde regras institucionalizadas de utilização inteligente do meio ambiente poderão garantir as organizações o seu desenvolvimento sustentável.

Figura 3 – Matriz Institucional - Gestão Ambiental- Porto Velho x Manaus



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados IBGE

### 4.2. Dimensões Sociais dos Municípios

Esta seção destina-se a analisar as dimensões sociais dos municípios que traz como benefício a possibilidade de realizar comparações de natureza temporal e espacial da economia e dos aspectos sociais, ambientais e institucionais, conforme exposto no quadro 2.

**Quadro 2:** Matriz Institucional Por Dimensão Porto Velho x Manaus

Dimensão	Temas	Indicadores	Porto Velho	Manaus	Unidade	Ano
1. Econômica	1.1 Quadro Econômico;	1.1.1 Produto Interno bruto per capita;	23.638,78	32.300,56	Reais (\$)	2013
		1.1.2 Taxa de pessoas desocupadas.	198.502	573.341	Pessoas	2015
	1.2 Padrões de Produção e Consumo.	1.2.1 Consumo de energia anual per capita;	1.075.619	8.845.847	mwh	2014
2. Social	2.1 Saúde	2.1.1 Morbidades Hospitalares	918	2.471	Óbitos	2014
		2.1.2 Número de leitos por mil habitantes;	1.023	3.308	leitos	2009
		2.1.3 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,736	0,737	s/u	2010
		2.1.4 População com acesso a água tratada.	155.217	1.348.674	Pessoas	2010
	2.2 Educação	2.2.1 Conclusão do último ano de educação fundamental e médio;	97.291	435.547	Matrículas	2015
		2.2.2 Índice de atendimento escolar;	390	1.324	Escolas	2015
		2.2.3 População residente alfabetizada	363.892	1.527.978	Pessoas	2015
3. Ambiental	3.1 Terra	3.1.1 Desmatamento;	8858.2	1256.6	km <sup>2</sup>	2014
		3.1.2 Áreas Protegidas.	13	13	Unidades	2016
	3.2 Água	3.2.1 Cobertura de Rede de Abastecimento de Água Potável;	43.015	343.466	Domicílios	2010
		3.2.2 Cobertura de Esgotamento Sanitário.	34.582	259.852	Domicílios	2010
4. Institucional	4.1 Governança	4.1.1. Representatividade política;	228.335	939.013	Votos válidos	2014
		4.1.2 Dívida pública ativa	6.268	64.419	Mil reais	2014
	4.2 População e Urbanização	4.2.1 Taxa de crescimento populacional	17	14	%	2015

**Fonte:** Elaborado pela autora com base em IBGE, MMA, CAGED-MTE.

A partir da análise da Matriz Institucional por dimensão de Porto Velho e Manaus, é possível evidenciar que os municípios assemelham-se sobre dois indicadores, a saber: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e Áreas Protegidas. Quanto ao primeiro indicador os dados de composição estão assentados sobre o prisma longevidade, educação e renda da população. Já o segundo indicador fundamenta-se pelo quantitativo de unidades de conservação dos municípios. Segundo o Ministério do Meio Ambiente – MMA (2016), Porto

Velho apresenta quatro unidades com Proteção Integral e nove unidades sob Uso Sustentável, enquanto Manaus apresenta duas unidades de Proteção Integral e onze sob Uso Sustentável.

Quanto ao indicador de desmatamento Porto Velho apresenta-se com um grau elevado quando comparado com Manaus. Acredita-se que essa discrepância está associada à formação da economia de Porto Velho, haja visto, que sua formação foi constituída por diversos programas de desenvolvimento, em sua grande maioria baseados na exploração extrativista, cujas características remetem ao subdesenvolvimento. No início da década de 80 surge um novo modelo de desenvolvimento econômico com visão exploradora, denominado agrosilvopastoril, tendo como base o extrativismo, agricultura e pecuária, o que culminou no desmatamento na região. Esse novo modelo atraiu a indústria madeireira, pois a fartura de matéria-prima oriunda do resultado desse processo incentivou a consolidação desse ramo da indústria no Estado. Apesar desse salto, a economia ainda apresentava-se como subdesenvolvida, pois as empresas não agregavam valor aos produtos finais, tendo apenas como foco a exportação da matéria-prima. Porém conjectura-se que com a instalação das usinas hidrelétricas do Rio Madeira foi possível apontar uma evolução nesse cenário, pois a implantação de novas empresas pautadas na sustentabilidade, admitiu-se que a geração de riquezas e a estabilidade econômica são reflexos da agregação de valores aos recursos naturais.

A análise dos demais indicadores demonstra que o município de Manaus apresenta-se mais desenvolvido que Porto Velho, justificado pelas seguintes variáveis: (a) O município de Manaus é mais antigo que Porto Velho, a saber: Criação de Manaus através da Lei Provincial n.º 68, de 04-09-1856 ao passo que Porto Velho foi criado através da Lei Complementar nº 757, de 02 de outubro de 1914. E ainda, a formação inicial de Manaus deu-se na época áurea da borracha, que atraiu investimentos e imigrantes estrangeiros, ficando assim conhecida como a “Europa brasileira”; (b) A cidade de Manaus é histórica e localiza-se no centro da maior floresta tropical do mundo tornando-a conhecida mundialmente o que potencializa o turismo e ecoturismo na região; (c) De acordo com dados do IBGE o município de Manaus é o principal centro econômico-financeiro da Região Norte do Brasil, que começou a se estruturar por volta dos anos 60 com o objetivo de integrar a região Amazônica ao restante do Brasil e consolidou-se nos anos 90 com o projeto de desenvolvimento regional denominado Zona Franca de Manaus. E com isso, apresenta-se como a sexta maior economia do Brasil com representatividade de 1,4% da economia brasileira.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o apontamento de Douglas North quanto à Matriz Institucional, o qual assegura que o desempenho econômico de uma sociedade é resultado de sua Matriz Institucional e o crescimento de longo prazo é resultado da formação e evolução das instituições. A partir da análise comparativa da Matriz Institucional de Porto Velho e Manaus construída para essa pesquisa percebe-se que a regra do jogo está instituída em ambos municípios. Porém, Manaus apresenta-se mais avançada ao instituir-las antes que Porto Velho, a exemplo do Plano Diretor dos Municípios. Assim, acredita-se que a integração da Amazônia via da BR 319 trará benefícios aos dois municípios, ao passo que as regras formais já estão desenhadas e as informais poderão estimuladas pelas observações das práticas dos envolvidos.

Neste contexto, aponta-se que Manaus poderá ampliar sua cadeia logística adotada entre a origem e o destino dos fluxos de transportes, dessa forma, terá celeridade no escoamento da sua produção para os demais centros econômicos brasileiro. Porto Velho, por sua vez, poderá imergir no prisma da Teoria Institucionalista no que tange o isomorfismo corporativo que está assentado na perspectiva que um ambiente influencia as práticas de várias organizações nele inseridas, ou seja, Porto Velho poderá absorver a similaridade de forma e estrutura das Instituições de Manaus através das três formas isomorfismo apresentados pelos institucionalistas, a saber: (a) Coercitivo, ocorre quando o comportamento de uma organização mais forte exerce influencia sobre as demais. Neste aspecto espera-se que as indústrias manauaras influenciem as indústrias de Porto Velho; (b) Mimético, quando uma organização adota procedimentos e práticas que já foram desenvolvidas e aprovadas em outras, nesta perspectiva as organizações porto-velhense deverão fazer o *benchmarking* com as de Manaus; e, (c) Normativo, quando o comportamento comum é regido por normas educacionais e profissionais, onde espera-se que as instituições de Porto Velho estabeleçam parâmetros de crescimento em consonância com os apresentados por Manaus.

Dessa forma responde a questão mobilizadora do estudo, que consistia em verificar como está consolidada a matriz institucional de Porto Velho e Manaus. Essa pesquisa interessa a administradores compromissados a competitividade com intuito de propiciar desenvolvimento e fortalecimento às organizações rondoniense.



## REFERÊNCIAS

AGUILAR FILHO, Hélio Afonso; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Instituições e cooperação social em Douglas North nos intérpretes weberianos do atraso brasileiro.** Revista Estudos Econômicos, v. 41, n. 3, jul./set. 2011.

ALÉSSIO, Bianca Cristina; ROVER, José Oscar. O desenvolvimento regional como processo de encadeamento de dinâmicas organizativas e trajetórias tecnológicas: o caso da região oeste catarinense. **REDES**, volume19, número3. Santa Catarina do Sul, 2014.

CAVALCANTE, F.R.C. **Análise da desigualdade regional no estado de Rondônia à luz da teoria institucionalista de Douglass North.** Tese (Doutorado). Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA, NAEA, Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, 2011.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

GALA, P. “A teoria institucional de Douglass North” Revista de Economia Política. v. 23, n. 2 (90), p. 89-105. 2003.

KELM Martinho Luis. RENZ Cíntia Lisiane da Silva. ALLEBRANDT Sérgio Luís, SAUSEN Jorge Oneide. **Institucionalização das iniciativas socioambientais das organizações: interfaces entre a teoria do desenvolvimento social de Habermas e o isomorfismo da teoria institucional.** Rio de Janeiro: FGV EBAPE, 2014.

MATIAS, Francisco. **Formação Histórica e Econômica de Rondônia.** Porto Velho: INDAM, 2010.

NORTH, D.C. **Desempenho Económico en el Transcurso de los Años. Estocolmo.** Disponível em: <[www.eumed.net/cursecon/textos/north-nobel.htm](http://www.eumed.net/cursecon/textos/north-nobel.htm)>. Acesso em: 11 Jun. 2015, (1998).

REZENDE, Lucas Pereira. **Reflexões sobre uma agenda comum de pesquisa à Teoria da Escolha Racional e à cultura política.** Revista de Cultura Política, volume 3, número 1. Rio Grande do Sul, 2013.

POPPER, K. R. **The logic of scientific Discovery.** Hutchinson, London, 1959.  
\_\_\_\_\_. **Karl Popper: Busca Inacabada (autobiografia intelectual).** Lisboa: Esfera do Caos, 2008.

SIENA, Osmar. **Metodologia da pesquisa científica: elementos para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos.** Porto Velho: PPGMAD, 2007.

URGAL, M.A.L. **Indicadores e índices do município de Porto Velho.** Dissertação (Mestrado em Administração) Fundação Universidade Federal de Rondônia/UNIR. Porto Velho, Rondônia, 2011.

MTE/CAGED, **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.** Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/eec/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego.xhtml#relatori oSetor>> Acesso em: 25 jul. 2015.

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE, **Áreas Protegidas.** Disponível em <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc>. Acesso em 30 jun.2016.

IBGE: **Censo Demográfico 2010.** Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=130260&search=amazonas|manaus|infor%20munic%20-%20evol%20-%20populacional-e-pir%20mide-et%20ria>. Acesso em 30 Jun.2016.

\_\_\_\_\_. **Estimativa 2015.** Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=130260&search=amazonas|manaus|infor%20munic%20-%20evol%20-%20populacional-e-pir%20mide-et%20ria>. Acesso em 30 Jun.2016.

\_\_\_\_\_. **Produto Interno Bruto.** Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=130260&idtema=152&search=amazonas|manaus|produto-interno-bruto-dos-municipios-2013>. Acesso 30 Jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Produto Interno Bruto.** Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=110020&idtema=103&search=rondonia|porto-velho|produto-interno-bruto-dos-municipios-2010>. Acesso 30 Jun. 2016.